



Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Propriedade, Administração e Redacção
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
Palácio da Independência — Largo de S. Domingos — Lisboa
Director Interino: António G. Calvino

Composição e impressão:
TIP. ESCOLA DA A. D. F. A.
Rua de Artilharia Um — LISBOA

EDITORIAL

Os DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS acabam de completar um ano de luta colectiva e organizada. Luta de libertação, em que estão empenhados todos os portugueses vítimas do Capital e da Burguesia.

A realização do homem está intimamente ligada à permanente luta de libertação que vai divisando como dominadora e catalizadora de todos os seus anseios. O escravo libertou-se do seu senhor, o servo da gleba libertou-se do senhor feudal, hoje o Povo oprimido liberta-se das garras do capital. Os capitalistas a fim de atingirem os seus objectivos, criaram e mantinham estruturas de subjugação dos trabalhadores e de todos os que os serviam.

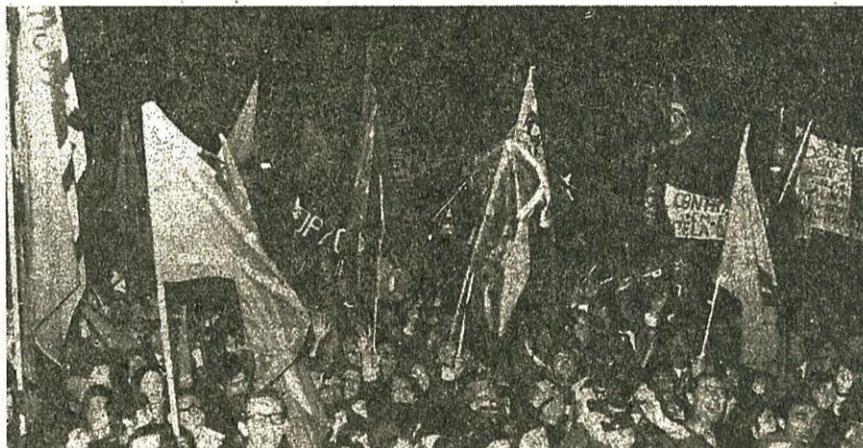
Apoiados por uma religiosidade doentia, ministrada em doses maciças por padres reaccionários e amantes, eles também, da finança, cobertos por um governo deles e para eles, esses senhores banqueavam-se com o suor dos trabalhadores e saboreavam os frutos da subjugação humana; apreciavam os espectáculos da caridadezinha, promovidos por suas esposas "muito bem" e espreciam pelas ruas das cidades "humanizando-se e solidarizando-se", através dum moedas, com os deficientes, pobres e fracos da sua terra. Como são bondosos esses senhores! Como sabiam criar os seus passatempos favoritos! Como sabiam de antemão traçar os caminhos da sua pérfida e ignóbil realização, da sua fraca e artificial afirmação! Tão fraca que se está agora a desmoronar como um castelo de cartas, agora que os oprimidos e subjugados dizem NÃO em voz alta e sonante. Continuam, contudo intrincheirados na sua resistência monetária, que vão transferindo, apesar da vigilância popular, para campos de batalha estrangeiros.

Mas essa resistência está a ser esmagada e sê-lo-á totalmente, ver-se-ão expulsos da terra que nunca foi deles, deixando-a limpa para o desabrochar contínuo dos cravos da liberdade.

Ao lançarmos um olhar pelos últimos doze meses, reforçamos a nossa confiança na vitória final, na vitória dos oprimidos, dos explorados, dos marginalizados, dos que nunca tiveram sede de poder, nem têm, que apenas pretendem, mas com a força da sua existência, criar uma colectividade que se fundamente no princípio da igualdade total entre os homens, onde não caiba, seja sob que forma for, a exploração e dominação de uns sobre os outros.

O TRABALHADOR E AS LUTAS PARTIDÁRIAS

Todos recordamos com alegria e saudade aquele dia de festa magnífica e grandiosa no qual todos os seus participantes rejubilaram dum imenso entusiasmo, cantaram, dançaram, desfilaram, não comemorando essencialmente o dia do trabalhador, para a grande maioria o primeiro 1.º de Maio em Liberdade, mas o fim da opressão e da repressão.



É imprescindível a unidade de todos os trabalhadores, manifestada veementemente como documenta esta foto, comemorando a vitória alcançada sobre o golpe contra revolucionário de 11 de Março, continue, para que não se abra o caminho à burguesia e ao imperialismo

E como foi lindo e extraordinário, por ser espontâneo e autêntico, todos unidos e irmanados na comemoração de uma vitória de que muitos dos principais lutadores não chegaram a poder participar porque ficaram gloriosamente no campo da batalha.

As ruas encheram-se e transbordaram de gente na romagem com destino ao actual estádio 1.º de Maio, para se celebrar a grande festa dos cravos vermelhos.

Um ano se passou, nele se realizaram as primeiras verdadeiras campanhas eleitorais e eleições, e o segundo primeiro de Maio, em liberdade, eis que surge. Porém a beleza e o colorido que são apanágio destes grandes acontecimentos foram ofuscados pelos incidentes registados.

O dia do trabalhador é um dia de festa de unidade, e como tal as centenas de milhares de entusiasmadas participantes nunca deveriam ter permitido que esse dia se tornasse num dia de violência e de insultos.

Sabemos e não admitimos, porque nem a psicologia de multidão justifica a violência organizada, que enquanto não forem tentados nem feitos passos concretos a palavra Unidade será vã e uma farsa.

É necessário que essa palavra

por muitos pronunciada, com ou sem ressonância, quer em altifalantes, quer em megafones seja, o mais urgentemente, posta em prática.

Enquanto a Unidade não for suficientemente forte para obrigar, quer políticos, quer partidos, por eles representados, a ter um comportamento e um programa em prol desse ideal não haverá mais

dois milhões de votos.

A Unidade Povo-MFA, que tanto tem sido proclamada, tem que continuar custe o que custar. Ou os Partidos são do Povo e se identificam com esse mesmo Povo, e têm competência para provar ao País sedento de esperança que têm maturidade suficiente para que o processo revolucionário avance, ou então são profissionais de rivalidade e não estão, porque não se identificam, com esse Povo que neles votou com esperança e que está sendo vilmente atraído.

Se os Partidos teimam em demonstrações de força negando os seus ideais e objectivos a revolução prosseguirá sem eles.

O indestrutível diálogo iniciado em 25 de Abril, Povo-MFA, será atingido sem eles, porém, é muitíssimo grave que isso aconteça, se considerarmos que os partidos são parte importante e integrante nesse diálogo.

Cabe, para que tal não aconteça, ao trabalhador não permitir a desvirtuação do seu partido.

Estamos cientes e convictos que a «epidemia de partidarite», fruto da acção de certo número de partidos que reuniram fraco número de votos nas últimas eleições, e que sem dúvida alguma tentaram provar pela força num campo bem diferente do eleitoral, o

(Continua na pág. 5)

A ADFA ACUSA

Os responsáveis das condições existentes no Hospital Militar Principal

As palavras que transcrevemos seguidamente foram proferidas pelo nosso camarada Manuel Custódio, internado no Serviço de Cirurgia do H.M.P., num diálogo que com ele mantivemos numa visita efectuada dias antes à intervenção cirúrgica para amputação de uma perna, a única que lhe restava.

As conclusões das suas palavras que se transcrevem na íntegra e textualmente são por demais evidentes pelo que nos abstenemos de tecer quaisquer comentários.

ADFA — Quais os principais problemas que se deparam aos internados neste estabelecimento hospitalar?

M.C. — Falo mais nos problemas do Anexo e das Urgências pois são os que eu conheço, e que vão desde o aquecimento que não funciona, e que quando eles dizem que funciona, funciona numa temperatura tal que eu não consigo sentir; às luzes que não há, às lâmpadas que demoram imenso tempo a serem substituídas a passar pela casa de banho cuja banheira tem tanta porcaria que eu já não sei se aquilo é louça branca vidrada ou se negra, devido ao estado em que aquilo se encontra. Além de tudo isto nota-se especialmente aqui não existir uma

(Cont. na pág. 2)

As Condições no H M P

(Continuação da pág. 1)

única instalação sanitária para indivíduos que apenas se possam movimentar com cadeiras de rodas. Ora num hospital em que recebe bastantes indivíduos com cadeiras de rodas não existe uma instalação onde o indivíduo possa ir fazer o seu serviço sozinho, tendo que pedir sempre acompanhamento para se deslocar. Quanto ao aspecto da roupa, a maior parte das vezes os lençóis têm três quartos do tamanho da cama, quando não têm menos, e vêm com as suas manchas mais variadas, aquele tipo de manchas que o indivíduo diz de antemão que é sujo e mal lavado, que não é apenas uma mancha que não sai. Os colchões com sangue e uma espécie de excrementos que estão solidificados nos mesmos. Por mero acaso sou conhecedor de que não foi feita qualquer requisição de lavagens de colchões, desde há três anos, nem de mantas. Aconteceu que foram agora mandadas lavar oitenta mantas, como tal, são oitenta

deles se eu tivesse capacidade mas como presentemente é ainda uma classe intocável em que eu não lhes posso mandar uma pedrinha deste sítio em que me encontro só desejava a eles que passassem uma semana em casa deles no estado em que nós passamos aqui. Primeiro há doentes que não vêem o médico senão no dia da própria operação. Outros entram na sala de operações e não vêem o médico e não sabem sequer quem é que os vai operar, daí criar uma série de estados psicológicos no indivíduo pela dúvida, quem é que o irá operar, e quem não o vai operar, etc.

Aqueles que já têm médicos distribuídos mas que na maior parte das vezes não aparecem porque têm outros hospitais, outros sítios para onde se deslocar. Todo este emaranhado de porcaria que juntando a isto só me resta uma consolação, é mandarem-nos para um bloco da família militar em que eu fui lá e me senti num luxo, um luxo desmedido em comparação com

disse que eu estava a ser quase político e não militar. Mesmo assim, apesar de tudo, o tempo foi passando e eu embarquei no VERA CRUZ com caminho a Angola.

Cheguei a Angola volvidos nove meses de incorporação, reparei numa série de coisas que toda a gente tem conhecimento e que agora estar a falar nelas é apenas gastar tempo, pois os interesses de lá, os nossos, não eram os interesses do negro, os interesses que defendíamos não eram aqueles que nós pensávamos mas sim os interesses de quatro ou cinco indivíduos enquadrados por Champalimouds, Britos, etc., etc...

Entretanto posso gozar férias ao fim de nove meses, venho de férias e mal que cheguei tive oportunidade de fugir, ou melhor desertar, já que a tropa em nada me servia por vários aspectos, como já foram focados em princípio e no qual o meu primeiro teste tinha marcado em mim uma ideia quase definida, não matar ninguém por que ao fim e ao cabo essas pessoas

a este género de doença.

Eu acreditei no senhor e tomei as drogas que ele me receitou.

Acabado o meu tempo de comissão vim para a metrópole e claro como não podia deixar de ser ingressei na Trafaria para cumprimento da condenação, cumprir um mal que eu tinha feito, que era o de desertor.

Lá estive, fui julgado e continuei na Trafaria, tendo ido outras vezes para o forte de Elvas, ou forte da Graça (Depósito Disciplinar) e andei de cá para lá e de lá para cá. Acabei entretanto por sair da tropa em Agosto de 71, mas antes disso já tinha reparado que quando andava um pouco mais mesmo dentro da prisão sentia umas dores como que de facadas junto ao músculo da perna, ao gêmeo, porém não liguei porque já vinha rotulado de Cabinda como se fosse reumático.

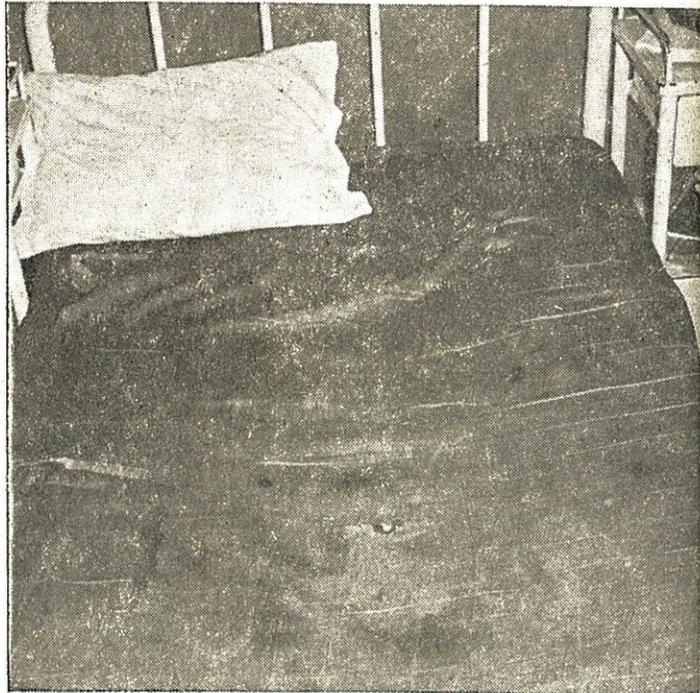
Em Dezembro já dificilmente me podia deitar porque o calor da cama e o repouso provocavam-me dores muito mais fortes. Entretanto o dedo grande rebenta-me abrindo-se um género de uma fístula. Vou ao médico, durante um mês e meio andei em consultas de cirurgia, onde me arracaram a unha o que era contraproducente



O nosso camarada no momento em que dialogava connosco

não me tinham feito mal de qualquer espécie.

Desertei e fui para a BÉLGICA, FRANÇA, HOLANDA e ESPANHA e por lá andei cerca de um ano. Contudo uma coisa se torna engraçada, é que, tanto lá como cá, a polícia internacional na altura existia. Eu lembro-me perfeitamente em Paris de quando iam tirar os papéis sermos quase identificados pela PIDE. Como tal eu lá também me senti perseguido, não sei qual a razão. O tempo foi andando e um ano depois eu vim para cá, fui preso e fui colocado na Trafaria onde estive a aguardar seis meses por julgamento ao fim dos quais como optaram por não me julgar tornaram-me a mobilizar e lá vou eu outra vez a caminho, mas desta vez para Cabinda, para a pior zona já que eu ia rotulado de desertor.



Um dos muitos colchões rotos, sujos e manchados

mantas presentemente ao serviço lavadas, agora calculem como é que não estarão as outras depois de receberem centenas de doentes das mais variadas doenças, dos mais variados estados febris, em que são transmitidos, especialmente para a manta, não só suores, como todas as outras espécies de bacilos e demais porcarias.

A partir daí creio que há também a acrescentar o aspecto horroroso dos elevadores em que uma pessoa que vem para este hospital limpo a ocupação que deve ter é de não se encostar aos elevadores senão sai de lá negro, porque eles estão cheios de porcaria e a maior parte das vezes não funcionam. Eu tenho visto transportar doentes depois de serem operados e para irem a operar aos ombros para o primeiro andar, e do primeiro andar para o segundo, porque o elevador grande não funciona há dias, contudo não é um dia ou dois, a última vez esteve perto de uma semana sem funcionar.

No aspecto de humanidade também se deixa muito a desejar na medida em que se criam indivíduos sem as mínimas condições para o serviço que vão desempenhar e eles chegam aqui e algumas vezes vêm-se aflitos para fazer qualquer coisa porque não sabem. Outras vezes improvisam e a coisa sai bem feita. Os médicos, pois era muito bom eu falar

tudo isto. Porém, os doentes que aqui estão internados normalmente são casos muito mais graves do que os lá existentes, ora se lá não existe tanto luxo contrastando com esta miséria, a solução seria mudarem daqui os doentes para um bloco daqueles ou para um dos andares vagos.

ADFA — Quais os acontecimentos mais significativos na tua vida resultantes da prestação do teu serviço militar obrigatório e como se deu a eclosão da tua doença?

M.C. — Assentei praça num dia de manhã e só saí uma série de tempo depois, creio que ainda até nem saí. Por engraçado que pareça o meu primeiro teste talvez tenha marcado em mim, ou tenha sido para mim bastante forte, na medida em que nele era perguntado para que é que servia a MAUSER, o que era a MAUSER, etc. Respondi no teste que não vinha para a tropa para matar ninguém, que não ia para parte nenhuma matar ninguém, que era contra questões bélicas, especialmente matar pessoas, que não sabia nada a esse respeito e que nem sequer tinha estudado a MAUSER, e se aquilo era espingarda ou não eu não sabia. Assinei pus o meu nome devidamente identificado mandei o meu teste e no outro dia fui chamado ao Comandante, que me

O motivo porque desertei só depois de conhecer Angola e não antes é que propriamente eu político não era, formação política ou ideais políticos não tinha, tinha apenas o que as pessoas chamam a compreensão humana que nos é dada, que nasce connosco. Eles contavam-me tantas coisas daquilo lá, que muitas vezes acreditava, como toda a gente acredita. Porém quando eu cheguei nove meses depois, porque não pude gozar férias antes, porque se as pudesse gozar antes eu tinha vindo logo no primeiro mês, eu vi que tudo aquilo que me fizeram ainda ir para lá era tudo mentira, nada daquilo existia daí a razão de eu só ter desertado nessa altura, porque não havia ainda talvez em mim uma força muito grande que me fizesse desertar logo aqui antes de ir para lá, inclusivé, convém focar também que eu não era aquele indivíduo que lidava directamente com armas porque era furriel mecânico.

Acontece que uns quatro meses ou três meses antes de acabar a Comissão comecei com umas dores no pé esquerdo, as dores aumentavam de intensidade às vezes não me deixavam dormir, as quais aumentavam com o calor da cama. Fui ao médico e ele simplesmente me disse que era reumático, já que o clima de Cabinda era muito húmido e por tal muito propício

para a doença porque eu tinha a doença de Burger. Note-se que não era reumático e receitaram-me uma quantidade de medicamentos tendo andado aqui perto de um mês e meio até que houve um médico mais atencioso que reparou que esta brincadeira não era reumático mas sim doença de circulação mais propriamente Burger e que me mandou baixar de urgência. Isto, note-se, foi em Dezembro de 71 e em Maio de 72 foi-me amputada a perna daí vejamos o processo evolutivo da própria doença.

Após a amputação fui para casa e vinha todas as segundas-feiras à consulta. As receitas eram os vasodilatadores já que nada mais havia para a minha doença, embora eu já soubesse que a perna direita se encontrava tocada com o mesmo mal. A doença foi progredindo porque a maior parte das vezes o médico não aparecia chegando a estar aos quinze dias ou três semanas ou mais sem ter consultas. E a doença foi-se agravando, e foi-se agravando também porque nunca se pensou noutra espécie de tratamento, ou não havia outra possibilidade de tratamento que não fosse os vasodilatadores. Eis que abre no pé direito uma pequena fístula, mas agora surge a possibilidade (isto aconteceu já depois do 25 de Abril) de

(Continua na pág. 5)

Aspectos Psicológicos e Sociológicos na Integração Comunitária do Deficiente

J. Silva Furtado
M. Bertina Neves
Ana Bela Vieira

INTRODUÇÃO

O regime ditatorial salazarista-marcelista sempre procurou trazer o povo português num permanente obscurantismo e pela sua constante política de despolitização nunca permitiu que as pessoas se debruçassem sobre os problemas que a elas directamente diziam respeito e a mais ninguém, senão a elas própria, interessava.

Com a queda do Governo abriram-se novas perspectivas para a livre discussão e clarificação dos diversos problemas nacionais. Nesta confirmidade, diversos sectores oprimidos iniciaram uma justa luta reivindicativa, entre os quais referimos o dos deficientes das guerras coloniais que até então tinham sido escondidos visto, por razões óbvias, não convir ao Governo deposto que as pessoas se apercebessem das consequências negativas duma guerra injusta que teimosamente era mantida.

A Associação dos Deficientes das Forças Armadas teve neste ponto uma acção preponderante ao chamar a atenção do Governo e da população em geral para os problemas, não só de cerca de 30.000 deficientes de guerra, como também de todos os deficientes portugueses, incluindo neste grupo, além dos atrás referidos, os deficientes de doenças hereditárias, congénitas, adquiridas de acidentes de trabalho e viação e ainda derivados das torturas exercidas pela polícia política na sua acção repressiva.

Nunca se fizeram estatísticas em Portugal que nos permitam calcular o número de deficientes existentes no país. Sabe-se, porém, que a O.M.S. (Organização Mundial da Saúde) prevê que, em média, 11% da população de cada país é deficiente.

Aos deficientes sempre foi, tanto em Portugal como em outras comunidades — como adiante veremos — negado o lugar a que têm direito numa sociedade que os segregava. Devido à grande limitação de escolha no campo profissional e às dificuldades de readaptação em muitos casos, a uma sociedade em que competição é palavra de ordem, torna-se absolutamente imprescindível que se criem condições para que os deficientes sejam submetidos a uma preparação e treino específicos para cada caso, de modo a facilitar-lhes uma perfeita realização social e profissional. Paralelamente também a própria sociedade deverá ser preparada para reconhecer ao deficiente os direitos e os deveres inerentes a qualquer cidadão e deixar de considerá-lo «inválido».

Além disso, consideramos que grande número de diminuições poderão ser evitadas, por meio de uma competente prevenção sanitária a todos os níveis.

Numa sociedade em que o que contava principalmente era o bem estar individual, havia (e ainda há!) a tendência generalizada para considerar os problemas de um

único sector como exclusivos desse sector. Porém, essas questões envolvem toda a sociedade, uma vez que dizem respeito a uma parte integrante desta. Além disso, neste caso particular, temos ainda a considerar que todo o cidadão é um deficiente em potência, pois poderá eventualmente vir a sofrer qualquer tipo de diminuição.

Por todos estes motivos pretendemos, com a realização deste trabalho, levar a uma geral tomada de consciência para um dos problemas mais prementes da vida nacional e contribuir para a resolução dos mesmos. Nos capítulos seguintes iremos fazer uma análise da situação do deficiente através dos tempos e em várias comunidades e procurar apontar caminhos que poderão conduzir à criação de estruturas que promovam a efectiva reabilitação e reintegração deste tipo de marginalizados.

1.º CAPÍTULO

DA ANTIGUIDADE AOS NOSSOS DIAS

Os documentos históricos na generalidade não fazem referência aos deficientes, e mesmo as menções à medicina, se acaso tratam de assuntos com eles relacionados, são apenas de carácter técnico, passando por cima do deficiente em si. Isto é evidente em algumas crónicas e tratados de medicina do séc. XVII cujos autores ao referirem as técnicas de amputação (que nessa altura tiveram grande incremento devido à vulgarização das armas de fogo) e os instrumentos nelas a utilizar, se preocupam apenas com o aperfeiçoamento da «arte de curar» ignorando os aspectos psicológico e sociológico inerentes ao paciente. Esta situação, por si só, demonstra a indiferença a que o deficiente era votado e a negação da sua condição humana.

Porém, foi-nos possível apurar que na antiga Grécia e na antiga Roma as condições socio-políticas implicavam uma diferenciação de tratamento face a dois tipos distintos de deficientes: os que contraíam lesões no exercício da guerra e os que nasciam já doentes ou deformados. Estes eram «a priori» considerados incapazes de produzir trabalho numa comunidade que se apoiava na força física dos escravos e vivia um ideal estético de beleza e força, necessário à prática bélica. Como estorvo que eram, e não havendo qualquer tipo de conceitos éticos ou religiosos à cerca da vida humana, eram fisicamente eliminados ao abrigo de leis vigentes.

Entretanto os deficientes de guerra, pertencentes a uma classe privilegiada que gozava de grande influência, eram considerados heróis, honrados e respeitados, chegando mesmo a receber pensões.

Outras comunidades houve que concederam privilégios a determinados tipos de deficientes: é o

caso dos cegos, na Coreia, que casavam com a rapariga mais rica, por se acreditar que tinham o poder de prever o futuro.

Por outro lado, os cidadãos romanos enviavam os seus escravos doentes e inválidos para um templo de Esculápio situado numa ilha do Rio Tibre, afastando-os assim da vida comunitária.

O advento do cristianismo, criando o respeito pela vida humana, impediu que os «inválidos» continuassem a ser aniquilados à nascença, não alterando, porém, a atitude segregacionista que então foi reforçada segundo alguns autores (baseados em passagens do Antigo Testamento), com a convicção de que a deficiência era uma crença de Deus.

Outros autores chegam a afirmar que os diminuídos eram mesmo integrados em pequenas comunidades de economia agrícola, embora muitas vezes, por não lhes serem facultados modos de subsistir, tivessem de mendigar. Esta situação ter-se-ia prolongado praticamente até ao fim do feudalismo, altura em que, com o início da economia mercantil, se sentiu a necessidade de proteger as camadas mais desfavorecidas, criando-se para o efeito albergues.

Isto poderá à primeira vista ser interpretado como um solução positiva para os problemas do deficiente. Todavia, numa análise mais profunda, temos de concluir que se trata de mais uma forma de segregação, a qual se mantém ainda hoje sem grandes alterações, como seja o caso do Lar Militar da Cruz Vermelha em Lisboa. Os militares com grandes deficiências aí são internados, mantêm-se (ou são mantidos) alheados da sociedade a que «pertencem» e até da própria vida familiar.

Poderá parecer estranho que estes indivíduos procurem manter-se afastados do contacto social e familiar.

Enquanto a A.D.F.A. (Associação dos Deficientes das Forças Armadas) tenta conduzir à criação de novas estruturas, os internados do Lar Militar reagem contra esta ideia defendendo Instituições deste tipo.

Mas devemos atender a que nunca lhes foi possibilitada qualquer reabilitação psicológica, mas antes sofreram a influência injusta de pessoas que para se sentirem úteis, praticaram certa caridade, suscitando-lhes a ideia de invalidez e dependência permanente, habituando-os assim, a só viver da esmola e «caridade» alheias, sem recorrer aos seus próprios meios, fazendo com que perdessem a confiança em si próprios. Esta situação possibilitava ainda o oportunismo aos que aquela influência não marcara tão intensamente, conduzindo-os por comodismo a aproveitar-se dela.

Outros ainda haverá, que não pertencendo a nenhum dos casos anteriores, sentem-se, apesar de revoltados, impotentes para superar esta situação acabando por mais tarde ou mais cedo serem envolvidos por ela. Pelas razões expostas há quem qualifique este lar de «cemitério de vivos», atribuição que se adapta perfeita-

mente a outras instituições, como hospitais para doentes mentais, em que sendo estes igualmente considerados irrecuperáveis, o tratamento e reabilitação não são orientados no sentido do regresso à comunidade.

Tal tipo de instituição teria surgido, revestido de certo cunho caritativo, para salvaguardar a estabilidade da sociedade burguesa que se sentiria ameaçada pela presença incómoda do deficiente ou até mesmo do pobre.

E uma vez que não existiam estruturas sanitárias e sociais básicas, aquelas surgiam como um dos únicos meios viáveis de subsistência, além da mendicância a que muitos recorriam, por vezes até com a exibição ostensiva de contos.

No entanto, comunidades houve que criaram a obrigatoriedade do internamento em «albergues» ficando os indivíduos em causa afastados da sociedade e impedidos de, pela institucionalização de leis repressivas contra a mendicância, a ela regressarem. Se, contudo, recusassem ser admitidos ou abandonassem o albergue, seriam perseguidos e capturados pela polícia. Tratava-se assim, como frisou Teresa Serra na última conferência Europeia sobre «Integração Comunitária do Deficiente», duma forma de «desaparecimento social sem supressão física».

Porém, esta situação evoluiu em vários países vulgarmente considerados desenvolvidos para uma forma paralela ao muito falado «apartheid», tal a sua semelhança às reservas de índios nos E.U.A. ou de negros na Rodésia. Estamos concretamente a pensar nos bairros especiais para deficientes, criados por exemplo na Holanda. É certo que aqueles indivíduos têm, nos referidos bairros, tudo o que necessitam, desde cinemas a clínicas, a bares e escolas, em que o pormenor foi pensado, tendo-se tido o cuidado de eliminar as barreiras arquitectónicas que poderiam obstar à sua perfeita utilização. Mas também é verdade que a existência destas condições, levadas ao exagero, lhes cerceia a necessidade de saírem do seu bairro afastando-os do contacto social com os não deficientes.

Paralelamente poderemos mencionar escolas especiais para diminuídos em que contrariamente ao preconizado na Conferência da O.I.T. (Organização Internacional do Trabalho) realizada em Genebra em 1955, se ministram cursos em classes especiais sem se esgotarem as hipóteses de fazê-lo juntamente com indivíduos não deficientes. Deste modo originam-se ulteriores dificuldades de adaptação no local de trabalho, perfeitamente evitáveis, a não ser que se pretenda estender a segregação social à colocação dessas pessoas em fábricas também especiais. Essa desadaptação também se verifica motivada pela obrigatoriedade de emprego de determinada percentagem de deficientes nas empresas. Esta percentagem varia de país para país sendo geralmente 10% nos socialistas e 5% nos ocidentais.

(Cont. no próx. número)

As condições no HMP Para a História da ADFA

(Continuação da pág. 2)

eu ir fazer tratamento à câmara de oxigénio hiperbárico que a Marinha possui, que antes tinha sido rejeitado e que depois do vinte e cinco de Abril foi posta à nossa inteira disposição. Porém os resultados não foram os que eu e o médico esperava, pois a doença já se encontrava num estado adiantado tendo os resultados sido praticamente nulos. Tentou-se por outra maneira, já que em Portugal estava tudo esgotado e disse a alguém, nomeadamente ao Director do Hospital, que no Estrangeiro havia uma clínica que tratava desta doença a que ele observou: «tratem disso, tratem disso, vejam lá isso, e depois digam qualquer coisa». Quer isto significar que o doente é que tratava de tudo e não propriamente os serviços o deviam fazer. A partir daí lançou-se um apelo através da Rádio Amadorismo como da Rádio Comercial e surgiu a Roménia com o nome de uma médica que tratava esta doença. Todavia o dedo continuava a apodrecer numa velocidade bastante grande e eis-me a tratar dos papéis e ir a caminho da Roménia já que nada mais havia a fazer. Aproveito agora para dizer que antes do embarque aconteceu uma coisa engraçada. Cheguei ao aeroporto uns quarenta minutos antes do avião partir e como sempre levava analgésicos para tomar pois a minha doença a única coisa que provoca é dores e o indivíduo que tratou dos meus papéis quando estava a tratar do meu embarque notou que eu tinha a falta de uma perna tendo-me perguntado se eu estava doente e se eu precisava de tomar alguns medicamentos, e em face da minha resposta afirmativa tive que ser visto pelo médico do Aeroporto e será inútil dizer que perdi o avião porque eram cerca das onze horas da manhã e o médico ainda não tinha chegado.

Quando cheguei à Roménia dirigi-me à clínica onde se tratava a minha doença. As atenções, não só pela parte de médicos, como de enfermeiros, a limpeza e o ambiente que nos rodeava comparado com o Hospital Militar... eu não quero fazer a comparação porque se chamarmos Hospital à Estrela chamaríamos um centro de uma nave espacial ao Hospital onde eu estive internado.

O médico visitava-me de manhã às oito horas, voltava-me a visitar às três horas da tarde e à noite o médico que ficava de serviço ao piso era muito provável que lá fosse visitar-me.

Os medicamentos eram dados pela própria enfermeira a tempo e horas, tudo era feito com uma medida de tempo preciso, nada foi descuidado tendo sido dito no início da minha estadia que a doença já tinha evoluído muito, por isso e

em virtude de eu ter estado muito tempo parado desde a amputação da perna esquerda e se por acaso tivesse tentado alguma coisa antes do pé direito se encontrar com fístula ou seja três anos antes é provável que me conseguissem deixar a perna por mais algum tempo, assim não havia possibilidades nenhuma e a perna direita tinha de ser amputada. De qualquer forma ou feito foram tentadas todas as formas e tratamentos alguns dos quais já cá em Portugal metidos de parte por não darem resultados positivos, porém não se preocuparam com isso e foram feitos de novo não só os que nós considerávamos positivos como negativos. Foi tentado tudo e mais alguma coisa e infelizmente chegou-se a uma conclusão de que não havia possibilidades nenhuma e era demasiadamente tarde.

Eis-me de regresso a Portugal onde estou presentemente na Infante Santo (Cirurgia do H.M.P.) e onde aguardo a amputação da perna direita, porém agora eis que entra algo importante em jogo, que é o tema de pessoa, de sofrimento que a pessoa tem e na maneira da pessoa pensar.

Ora bem, eu quando tinha duas pernas fui mentalizado que ao me amputarem uma ficava ainda com a outra permitindo-me ainda andar, mas ninguém me mentalizou, ninguém me disse, nem ninguém me ensinou, para que eu me fosse habituando da falta de uma perna. Pois bem, presentemente na iminência da amputação da segunda perna passa-se exactamente o mesmo. Eu estou plenamente convicto que precisava de ser mais tratado ou mais visto por um psicólogo e mentalizado por ele do que por um Cirurgião, porque eu vou perder a minha segunda perna a única que tenho, *não vou poder andar mais* a não ser em cadeira de rodas a partir daí vejam o dilema que é muito mais pesado de que quando da amputação da primeira perna.

Claro no Hospital nada disso se faz o indivíduo é amputado ou é cortado e é metido numa sala é-lhe dada a medicação e a partir daí não há o aspecto humano a funcionar quando muitas vezes sabe-se de antemão que o aspecto humano cria muito mais curas do que propriamente o aspecto de medicamento.

Quando me encontrava na Roménia não fui uma única vez visitado pelo nosso conselheiro porque andava muito ocupado concerteza com as suas actividades. Porém uma delegação militar, composta por cinco oficiais, comandada pelo General Fabião teve a amabilidade e a gentileza de me visitarem, visita que me causou imensa surpresa e comoção não pela oferta de duas garrafas de vinho do Porto mas pelo que a sua acção representou para mim.

vel Nacional "a clubite", escape compensador da supressão de liberdades e de obscurantismo político, no regime anterior, cabe-nos a cada um de nós, trabalhadores não nos deixarmos contagiar pela que seria a mais grave doença actual "a partidarite", inibidora da reflexão e do raciocínio imprescindíveis ao processo revolucionário em curso.

(Continuação da pág. 6)

2 — Pela urgente publicação de nova legislação respeitante aos deficientes, elaborada mediante prévia audiência da Associação.

2.º — Em Assembleia Geral realizada em 22/5/74 foi decidido; por unanimidade, exigir a extinção da Liga dos Combatentes, com base nas seguintes razões principais:

a) É uma organização enfeudada ao antigo regime que, nomeadamente em relação aos últimos treze anos de guerra, nada fez de significativo para a resolução dos problemas gerais e particulares dos militares deficientes. Estes regam-lhe pois, qualquer representatividade.

b) A sua subsistência, como simples associação saudosista, não tem justificação, trazendo inclusivé determinados perigos políticos.

c) Para continuação das obras assistenciais da Liga, propõe-se que, a exemplo do que sucede com as da Mocidade Portuguesa, tais actividades sejam transferidas para os Ministérios competentes.

d) A nossa Associação pretende a utilização das instalações da Liga, e a absorção do seu património.

Certos de que as nossas pretensões terão o melhor acolhimento, pretendemos reforçar a afirmação da nossa fé num Portugal renovado ao qual nos orgulhamos pertencer.

Lisboa, 23 de Maio de 1974.

A COMISSÃO «AD-HOC»

O DEFICIENTE Visual e a Sociedade

(Continuação da pág. 6)

melhor a solução apresentada por algumas associações de caridade era tentar fornecer um instrumento de música e assim já não se sentiria tão inútil e como fardo pesado a si e à sociedade, porque de certa maneira através do seu instrumento de música ganhava a sua subsistência.

É triste, mas é esta a realidade de uma sociedade caduca em todos os aspectos e também e sobretudo neste.

Estamos quase no século XXI e a sociedade nova continua a ser uma esperança teórica e longínqua... Até quando este estado de coisas?

O cidadão de um País ao estar nele inserido deve ser nele integrado com o que tem e como é. Mais que peso o País precisa desse cidadão para o seu desenvolvimento e progresso. As estruturas é que têm de ser substituídas ou criadas outras onde não as houver.

Acontece, todavia, que quando um País se encontra num estado tal que cada um procura só o seu interesse e o seu lucro, não tem tempo nem sequer para se dar ao trabalho de pensar na integração de todos esses cidadãos. E, para

Apesar de veementemente solicitarmos a extinção da Liga dos Combatentes por esconder na sua capa saudosista perigos políticos tremendos para o avanço do processo revolucionário o Sr. Spínola vivificou-a, conforme publicámos no Jornal n.º 2, Liga que serviu para a sua Maioria Silenciosa o ova-cionar na Tourada levada a efeito por essa instituição dias antes do 28 de Setembro.

Em 11 de Novembro de 1974, mais um passo importante na vida associativa a legalização, com a publicação do Diário do Governo, III Série, da Constituição dos Estatutos da Associação dos Deficientes das Forças Armadas.

Porém e apesar da razão da nossa luta havia nos departamentos estatais e governamentais individualidades que sistematicamente emperravam todo o nosso processo de luta, e foi nesta sequência que fizemos a ocupação do Palácio da Independência, nossa actual sede, e a manifestação até S. Bento onde fomos recebidos pelo Primeiro Ministro, Brigadeiro Vasco Gonçalves, que apoiou incondicionalmente a nossa luta e institucionalizou a nossa Associação.

Sessões de esclarecimento e consciencialização foram realizadas no corrente ano com o apoio das Comissões Coordenadora e Dinamizadora Central do MFA, em Lisboa, em 31 de Janeiro, no Porto, em 15 de Março e em Évora, em 12 de Abril.

Eis muito geral e sinteticamente as actividades mais significativas deste primeiro ano da nossa existência.

serenar a consciência egoísta formam-se sociedades ditas de caridade para, à sombra dessa mesma caridade, explorar mais ainda esses cidadãos; no caso concreto, os cegos.

É pois, altura de estruturar a nossa sociedade em relação aos invisuais proporcionando-lhes aquilo que eles desejam e a que têm direito: o trabalho.

Através de pequenas iniciativas sabe-se já muito bem que o cego, como qualquer homem, pode ser útil ao País e pode ganhar o pão de que precisa para viver: poderá fazê-lo agarrado a uma máquina ou a um instrumento musical, mas devidamente orientado no sentido de fornecer ao País aquilo que é capaz quer a nível de trabalho sério quer recreativo.

É pena que aqueles que vêem sejam tão «cegos» para não verem que um invisual pela vontade que tem de ser útil à sociedade, pode fazer com que o seu trabalho seja tanto ou mais produtivo que o de muitos que trabalham ao lado dele com as suas faculdades normais.

Para concluir, resta-me fazer um apelo àqueles que vêem que deixem de ser cegos para darem ao invisual o lugar que lhe compete na construção da sociedade.

O TRABALHADOR e as Lutas Partidárias

(Continuação da pág. 1)

seu poder de mobilização popular, tenha sido debelada com a reflexão calma de todos os seus intervenientes e pela censura pronta de que foi alvo de todos os sectores e da população em geral.

Que depois da grande redução e dos imensos esforços que têm sido feitos para a total liquidação de uma grande doença existente a ní-

PONT ZER

Nas lutas partidárias actuais são os menos politizados e os despolitizados os grandemente afectados, sendo estes a maioria do Povo trabalhador, a maior vítima do obscurantismo.

Neste momento de revolução em que todos desejamos uma nova sociedade, mais justa para Portugal, é necessário que essas mesmas lutas não contribuam para um maior obscurantismo, mas sim para um maior esclarecimento político e total para que todos possamos ajudar melhor a nossa revolução.

Um ano de luta de vida associativa estará passado no momento da saída deste jornal. Porém e já o temos afirmado por diversas vezes que a nossa luta e por conseguinte a nossa história se reporta a muito antes do 25 de Abril de 1974. A luta dos deficientes começou com as consequências imediatas ao início da guerra colonial, com as instituições de caridade, constituídas com a elite da Sociedade Portuguesa, que em 1961 viram abrir-se as portas que lhes iriam garantir a matéria prima tão necessária às suas necessidades de ócio, regozijando-se, e esfregando as mãos sujas de sangue, com a carga humana que era transformada em "inválidos". Revoluções fomentadas permanentemente pelo quotidiano cenário hospitalar da chegada de homens, companheiros de luta, que eram «exportados», fortes e robustos, e «importados» para servirem de objecto de diversão das conhecidas Senhoras do Chá Canastra, «gente muito bem», que sabiam administrar a droga do conformismo e da resignação, que não faltavam com isqueiros, tabaco, canetas e algumas cunhas.

Condições hospitalares deficientes, pensões de reforma, quando as concediam, insignificantes e nunca actualizadas, piorando permanentemente a situação do deficiente

face ao sempre crescente aumento do custo de vida, um inexistente serviço de reabilitação profissional e educacional, este o ligeiro panorama que se deparava ao deficiente, a quem o governo anterior ao 25 de Abril intitulava de «inválidos» e peso morto para a Nação», apesar de estes terem já dado provas por demais evidentes da sua capacidade de homens válidos e de constituírem uma força viva ao serviço de uma Nação incapaz de se libertar de estruturas caducas e fascistas.

Todo este emaranhado de situação que se nos deparava e contra o qual todos lutávamos ingloriamente, quer individualmente quer em pequenos grupos, levou-nos a dar início a um movimento clandestino, em 1973, que terá sido a semente lançada, cujo o fruto é a Associação.

O 25 de Abril surgiu e numa atmosfera de esperança e liberdade reunimo-nos. Esperámos que o Povo Trabalhador, o grande obreiro e impulsionador da nossa luta com a sua ajuda moral e monetária, fizesse as suas justas reivindicações e em 14 de Maio enviámos à Junta de Salvação Nacional o seguinte comunicado:

Militares Feridos ao Serviço das Forças Armadas deliberaram apresentar o seguinte:

Certamente não será alheio à Ex.^{ma} Junta de Salvação Nacional o ostracismo a que foram votados aqueles que no cumprimento de ordens contribuíram com parte integrante de si próprios para o despertar da consciência Nacional que havia de levar ao derrube de um governo que, por não exercer um mandato da Nação, os despojava dos seus direitos de participação activa na vida Nacional.

Estamos conscientes que poderemos ajudar o nosso Portugal na emancipação para a liberdade.

Neste âmbito, árduo será o

PARA A HISTÓRIA DA ADFA

14 DE MAIO DE 1975

UM ANO DE LUTA LEGAL EM PROL DO DEFICIENTE

nosso esforço perante uma Nação alheia às verdadeiras capacidades do mutilado, que foi sempre rotulado de desgraçado e coitadinho, imagem que queremos destruir.

Como estrutura de base propomos:

1 — A extinção de todo e qualquer organismo de índole caridosa e duvidosa a que não reconhecemos qualquer representatividade;

2 — Que nos sejam dadas condições para a organização duma comissão eleita pelos feridos, a qual terá por missão representar os mesmos em todas as suas reivindicações.

Unimo-nos com as classes trabalhadoras das fábricas, das oficinas, dos campos e dos escritórios.

Lutámos para que se ouvisse bem alto a voz oprimida dando a conhecer ao Povo o todo das misérias das guerras coloniais e todo o trabalho negativo das chamadas forças da rectaguarda.

Denunciámos as instituições que colocavam nos homens o carimbo de «inválido» e pedimos a extinção da Liga dos Combatentes que além de albergar perigos políticos continuava a política do regime anterior.

Libertámo-nos, por decisão, da grande maioria dos tentáculos de qualquer enfeudamento e dissemos não a qualquer espécie de saudosismo e apresentámos à Junta de Salvação Nacional um novo comunicado, com o seguinte texto:

Uma semana volvida sobre a nossa primeira exposição, vimos de novo à presença de V. Ex.^{as} anunciar o seguinte:

1.º — O movimento de militares feridos ao serviço das forças armadas conquistou, neste curto lapso de tempo, a adesão de número completamente representati-

vo de membros, que se traduziu em debates diários com participação cada vez mais extensa e activa.

Assim, considera-se como já existente, de facto, uma «Associação dos Deficientes das Forças Armadas», para a qual se torna premente o reconhecimento oficial.

Esta iniciativa congrega já elementos dos três ramos das Forças Armadas, representados por praças, sargentos e oficiais, e a sua repercussão alastra já a vários pontos do País.

- A Associação:
- tem carácter eminentemente social;
 - identifica-se totalmente com o programa do Movimento das Forças Armadas;
 - Reafirma a sua consciência de que os deficientes ao serviço das Forças Armadas possuem reais capacidades, que podem e devem ser aproveitadas validamente na construção de um Portugal renovado porque toda a Nação anseia;
 - Enuncia os seguintes objectivos principais:

1 — Revisão da assistência hospitalar

2 — Reestruturação da situação pós-tratamento clínico

3 — Reintegração na sociedade Para a sua consecução foi decidido em Assembleia pugnar:

1 — Pela criação de uma repartição governamental que trate exclusivamente dos assuntos dos deficientes, junto da qual a nossa Associação intervirá sempre que necessário para a defesa dos interesses dos seus membros. Para preenchimento dos quadros de tal repartição julga-se de primordial importância o aproveitamento dos deficientes que tenham optado pela continuação do serviço activo.

(Continua na pág. 5)



ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES
DAS
FORÇAS ARMADAS

ASSINAR o «ELO» significa estar de acordo com um conjunto de ideias e sobretudo apoiar os deficientes na sua luta.

Recorte e envie para o JORNAL «ELO» — PALÁCIO DA INDEPENDÊNCIA — LARGO DE S. DOMINGOS — LISBOA

QUEIRAM CONSIDERAR-ME ASSINANTE DO VOSSO JORNAL

NOME

MORADA

SEMESTRAL 30\$00

ANUAL 60\$00

marque com um X no quadrado respectivo.

O DEFICIENTE VISUAL E A SOCIEDADE

Ao escrever sobre um assunto desta dimensão havia que ter em conta, além de dados estatísticos respeitantes ao número de cegos, a influência que a vida do cego tem na nossa sociedade, como também o comportamento desta em relação a este deficiente físico.

Em relação ao número de cegos, todos nós estamos habituados a vê-los nas ruas em grande quantidade; nas estações do Metropolitano, do comboio, em todos os lugares desta Lisboa e até na Província.

Por aqui já nos apercebemos que o seu número é grande, mas poderíamos ficar mais conscientes desta realidade dramática, se, por acaso, alguma vez reflectissemos sobre ela.

O que interessa, porém, mais do que saber o número, mais do que saber se são homens ou mulheres, velhos, novos ou crianças, é saber a repercussão da vida do cego na nossa sociedade e como esta se comporta em relação a ele.

Sabemos por experiência, que o invisual, de uma maneira geral, pede esmola para subsistir. Fá-lo por vezes, agarrado frequentemente a um instrumento de música servindo este como chamariz ou como um sinal para a pessoa deixar a sua esmola.

Independentemente do reflexo do tal acto na vida psicológica da pessoa cega, obrigada a ser considerada como um fardo para a sociedade e muitas vezes explorada por esta como ganha-pão da família através da esmola. Se assim não fosse não lhe seria fácil ser aceite. O que mesmo assim acontece.

Perante este facto como é que a sociedade encara esta realidade?

Através de uma consciência comum de «caridadezinha», as pessoas vêem este deficiente como um facto consumado que é preciso sustentar através da esmola, porque nunca pensaram noutra hipótese de solução do problema; ou

(Continua na pág. 5)